



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
8 de janeiro
de 2020



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Atos, Fatos e Baratos					
DATA	08 / 01 / 2020	PÁG.	2	Gerada	Positiva

Desce

O vereador Francisco Eteldo Sampaio Leite e o presidente do Legislativo Municipal de Barra do Corda/MA, Gilvan José Oliveira Pereira, foram acionados pelo Ministério Público por manter uma funcionária fantasma na Câmara de Vereadores. Uma estudante era nomeada como servidora enquanto cursava Direito, em São Luís, recebendo um salário-mínimo sem trabalhar.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Variedades					
DATA	08 / 01 / 2020	PÁG.	8		

Posse AMPEM

Acontece na próxima sexta-feira (10), às 19h, a posse solene da nova diretoria da Associação dos Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM), na sede social da entidade no Calhau. A associação será presidida pelo promotor de justiça Gilberto Câmara França Junior. Ele substitui o também promotor de justiça, Tarcísio Bonfim, após dois mandatos à frente da AMPEM.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Cidades

DATA

08 / 01 / 2020

PÁG.

6

Quase 100% dos casos de queimadas ocorrem na estiagem no estado

Com o início do período chuvoso, a expectativa é de que os incêndios florestais sejam menos frequentes; em 2019, foram mais de 17 mil focos

As queimadas causam diversos danos ao meio ambiente, incluindo mudanças na composição da atmosfera. A fauna e flora de um ecossistema são afetadas de maneira devastadora. No Maranhão, os focos de incêndios florestais continuam estáveis, com oito pontos atingidos este ano. De acordo com informações do Corpo de Bombeiros Militar (CBMMA), 95% das ocorrências de incêndios em vegetação no estado se concentram no período da estiagem.

Em 2019, foram mais de 17.153 mil focos de queimadas no Maranhão, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI). Os elevados números deixaram o estado na terceira posição, entre as unidades federativas brasileiras, com relação aos incêndios florestais, perdendo apenas para Mato Grosso e Pará.

Em comparação com os números do mesmo período de 2018, houve aumento de 32%. Conforme o Inpe, de 1º de janeiro até o dia 3 de dezembro de 2018, foram 13.029 focos de queimadas no Maranhão, o que representou uma queda de 44% com relação ao



2019 teve 32% a mais de focos de queimadas do que 2018, com estiagem maior e ações pontuais no estado

mesmo período de 2017, que teve 23.292 pontos de incêndios florestais no estado. No que se refere aos dados de 2019, o Maranhão ficou atrás somente do Mato Grosso, com 30.596, e Pará, com 29.023 pontos

Focos em 2020

No início deste ano, do dia 1º até o dia 6 deste mês, foram registrados oito focos de incêndios florestais no estado, a mesma quantidade observada em Goiás. No entanto, é o menor número nos últimos 6 anos. A quantidade ficou estável, diferentemente do estado do

Amazonas que, nos últimos dois dias, teve um aumento de dois pontos atingidos pelas queimadas, passando de 101 para 103.

No Maranhão, houve uma redução em quase 100% com relação ao mesmo período de 2019, quando foram registrados 598 focos de queimadas no Maranhão. Este ano, ainda não ocorreram incêndios florestais nos estados do Acre, Amapá, Bahia, Rondônia, Sergipe e Espírito Santo.

Monitoramento

Em nota, a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Recursos Natu-

ras (Sema) informou que são realizadas, frequentemente, fiscalizações com acompanhamento do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA). Ademais, segundo o órgão, ocorrem ações de educação ambiental, por meio do Programa Fogo Zero. Além do "Dia D contra as Queimadas" e palestras para conscientização da população.

"A Sema também realiza o acompanhamento dos focos de incêndio por meio da base de dados 'BD Queimadas', do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), além de monitoramento, através do satélite Planet, de sur-

QUEIMADAS

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além da ação humana, as queimadas também podem ser causadas pelo tempo seco nas regiões. Conforme o órgão, 80% do território nacional fica sem chuva nesta época do ano, o que propicia que o fogo se espalhe na vegetação. O Inpe diz que os efeitos desses incêndios são muitos, como a destruição da fauna e da flora, o empobrecimento do solo e a redução da penetração de água no subsolo. Regionalmente, as queimadas causam poluição atmosférica e alteram ou destroem o ecossistema, modificam a composição química da atmosfera e até mesmo do clima na planeta.

gimento de eventuais novos focos", destacou a secretária.

Período de estiagem

A estiagem é o resultado da redução, atraso ou ausência de chuvas em uma determinada região do planeta, quando são previstas para uma temporada do ano. Nessa época, o ar fica mais seco, o que propicia problemas respiratórios, gripes e alergias em várias pessoas. É comum o racionamento de água devido à diminuição nos reservatórios e rios. Nesse período, o risco de incêndios florestais é grande.

Para muitos especialistas, esse fenômeno pode ser definido como uma versão moderada da seca, considerada mais grave, ou seja, uma versão crônica da estiagem.

Operações realizadas

Devido as queimadas, o Exército Brasileiro realizou em 2019, em conjunto com o Corpo de Bombeiros Militar (CBMMA), Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), Polícia Federal (PF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outros órgãos a "Operação Verde Brasil", que foi desagrada para combater os incêndios florestais e também crimes ambientais na região da Amazônia Legal Maranhense.

As ações foram iniciadas no dia 24 de agosto.

No total, as equipes efetuaram 55 ações de combates a incêndios florestais e fecharam dois garimpos ilegais. Foram capacitados 210 militares em ações de combate a queimadas. As instruções foram realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar. Ademais, 21 militares do Exército da área de saúde receberam orientações sobre primeiros socorros relacionados às queimaduras.

Efetivamente, as equipes saíram de São Luís, no quartel do Batalhão de Infantaria Leve, no dia 28 de agosto, em direção aos municípios maranhenses que seriam alvos da "Operação Verde Brasil". Nos dois meses de operação, foram realizadas 15 patrulhas terrestres, 8 reconhecimentos aéreos, 12 Postos de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE), 3 Ações Cívico-Sociais (ACS), 55 combates a focos de incêndios florestais e 5 ações de apoio logístico a agências.

Além disso, as equipes fecharam, juntamente com a PF, cinco madeiras e dois garimpos ilegais. Os militares apreenderam mais de 780 m3 de madeira extraída ilegalmente, 30m3 de carvão e 40kg de carne de animais silvestres. Duas pessoas foram detidas nessas incursões. ●

VEÍCULO				
O ESTADO DO MARANHÃO				
EDITORIA				
Política				
DATA	08 / 01 / 2020	PÁG.	3	

Justiça manda Caema realizar concurso para procuradoria jurídica

Magistrado fixou multa diária no valor de R\$ 10 mil, em caso de não cumprir a decisão; empresa registrou pagamentos de supersalários no ano passado

Fotos/Divulgação

GILBERTO LEDA
Da editoria de Política

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís expediu sentença condenando a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) a realizar concurso público para procuradoria jurídica, para funções como advogado e assistente jurídico. O prazo para que o órgão cumpra a sentença é de um ano.

No despacho, o magistrado fixou multa diária no valor de R\$ 10 mil, em caso de descumprimento. A decisão decorre de ação popular movida pelo advogado Pedro Leonel Pinto de Carvalho, já falecido, em que figuram como réus a própria Caema, na figura do presidente da companhia, e os representantes do escritório de advocacia Sá Vale Advogados.

Na ação, questiona-se a contratação da empresa, sem licitação, pelo valor de R\$ 414 mil, em 2015. O contrato era de 90 dias, terminando em junho daquele ano. No mesmo mês, contudo, foi aditivado por mais três meses, e igual valor - perfazendo um total de R\$ 818 mil para um escritório criado apenas no fim do ano de 2014.

Para Pedro Leonel - que pedia liminar para que fosse declarada a nulidade do contrato - a postura da Caema é "contraditória".

"Há pouco mais de um ano a Caema anunciou sofrer de uma suposta crise financeira, ameaçando de 'calote', no valor de R\$ 2 milhões, no pagamento à empresa terceirizada responsável por consertos na rede de esgoto e de água [...]. Daí porque se pode inferir que tal facere da Caema vem implicando, bem como ainda implicará, num exacerbado e, ao mesmo tempo, desnecessário gasto dos recursos públicos nela investidos", argumentou.

O autor pediu, entre outros, a decretação da nulidade do contrato celebrado entre CAEMA e Sá Vale Advogados, bem como pediu junto à Justiça que a Caema tomasse as medidas necessárias à realização de concurso público, de provas e títulos, para a nomeação de novos advogados, a vir integrar o quadro jurídico da empresa, sob pena de multa. Pediu, ainda, a condenação dos réus a restituir ao erário a quantia total despendida com a contratação de sua sociedade de advogados, devidamente atualizada.

Alegações

No curso do processo, a Caema e o seu presidente, Davi Telles, alegaram que, após este assumir a companhia, tomou providências no sentido de



Caema precisa fazer concurso público em um ano por decisão da Vara de Interesses Difusos e Coletivos

apurar irregularidades nas licitações realizadas. Argumentam que foram encontradas irregularidades no contrato firmado com o escritório Zanelia Duarte Advogados, contratado na época, tendo iniciado processo licitatório para contratação de novo escritório. Os réus Sá Vale Advogados, Mariana e Pedro Henrique Sá Val, alegam ausência de lesão ao patrimônio público, ausência de responsabilidade civil, impossibilidade de restituição de valores. Pleiteia o julgamento improcedente da ação.

"Analisando profundamente o pro-

Determinação para concurso é de um ano para Caema

cesso, verifica-se que o Ministério Público Estadual já havia instaurado inquérito civil sobre a questão discutida nos autos culminando no seu arquivamento. O mesmo ocorreu na análise da representação instaurada no Tribunal de Contas do Estado e no Ministério Público de Contas. Embora a decisão tomada na seara administrativa não vincule o magistrado, em virtude da independência de instâncias, cabe tecer algumas considerações sobre o que foi ali apurado. Na investigação dos órgãos acima mencionados não foi comprovada irregularidade na dispensa de licitação, bem como não se conseguiu comprovar a ocorrência de superfaturamento no referido contrato", fundamenta o juiz na sentença.

Licitação

O magistrado verificou que a requerida, inicialmente, deu início a procedimento licitatório para contratação

de novo escritório de advocacia, mas em virtude da demora na sua conclusão e a necessidade dos serviços jurídicos, originou-se a situação de emergência, requisito essencial à dispensa de licitação.

"A Lei de Licitações não estabelece, ainda, como requisito para dispensa de licitação, que o os serviços contratados possam ser enquadrados como singular ou diferenciados. Em relação a prorrogação do contrato, a Lei Estadual 5579/2012 confere esta possibilidade nas hipóteses de emergência, o que ficou configurado haja vista que a nova licitação ainda estava em andamento não podendo a companhia ficar em a prestação de serviços advocatícios. Quanto ao valor do contrato, não restou provado o seu superfaturamento", ponderou.

A Justiça observa que já se encerrou a contratação da Sá Vale, e que aconteceu a efetiva prestação de serviços

durante a sua vigência conforme documentos anexados ao processo. "Logo, entendo que não houve irregularidade na contratação do escritório réu. Já em relação ao pedido de realização de concurso público para o quadro jurídico, entendo que merece acolhida. De outro lado, não podemos descuidar da possibilidade material do ente público. É evidente que a falta de recursos orçamentários, tempo para licitação, contratação de banca especializada e servem para conceder um prazo razoável para o cumprimento da obrigação imposta, sem, contudo, significar um 'salvo-conduto' para negar efetividade ao direito. Reputo, portanto, como razoável, o prazo de 1 (um) ano para cumprimento da obrigação, tendo em vista os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo", finalizou.

Deputado denunciou supersalários na empresa

Em outubro do ano passado, o deputado estadual Wellington do Curo formalizou denúncia no Ministério Público a respeito da existência de uma lista de supersalários na Caema. Em alguns casos, servidores chegaram a receber mais de R\$ 90 mil entre os meses de julho e agosto. Ele apontou, ainda a prática de improbidade administrativa da direção da Caema, que lhe teria negado informações oficiais a respeito do assunto.

"Não dá para compreender o fato de que o governador que diz que não tem recursos para nomear aprova-

dos em concurso público é o mesmo que paga supersalários a servidores comissionados. Se tem dinheiro para pagar supersalários, tem de ter para nomear aprovado em concurso", cobrou o tucano.

Na ocasião, a Caema emitiu nota, afirmando que "não há pagamento salarial acima do teto constitucional estabelecido em lei". Segundo a companhia, os dados utilizados pelo tucano dizem respeito não exclusivamente às remunerações, mas acumulados com pagamentos de férias, décimo terceiro salário e outros benefícios. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Política					
DATA	08 / 01 / 2020	PÁG.	4		

Fundeb pode ser extinto

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que bancou R\$ 156 bilhões (65% do total) dos R\$ 248 bilhões investidos nas escolas públicas do país no ano passado, perderá a validade em 31 de dezembro de 2020. Implementado há 14 anos, o fundo é abastecido por parte dos tributos arrecadados pelos estados – como o Imposto sobre Circulação de Bens e Mercadorias (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A União entra com apenas 10% do valor do fundo. O dinheiro é destinado aos estados que não alcançam um valor mínimo por aluno.

PEC

Propostas que preveem a manutenção e mudanças no Fundeb patinaram nos últimos anos no Congresso. Uma delas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 15) tramita há quatro anos e ainda está sendo discutida em uma comissão especial.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	08 / 01 / 2020	PÁG.	10

ARARI

Pai e filho são assassinados por pistoleiros

REPRODUÇÃO/OIMPARCIAL.COM.BR



Os trabalhadores rurais, pai e filho, Celino Fernandes e Wanderson de Jesus Rodrigues Fernandes, foram assassinados em sua residência em Arari, interior do estado. Segundo informações, os suspeitos invadiram a casa e dispararam vários tiros contra as vítimas.

O crime foi presenciado pela esposa, filhos e netos. Os lavradores assassinados já haviam denunciado aos órgãos do estado sobre o conflito agrário com latifundiários, envolvendo a comunidade e a família.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	08 / 01 / 2020	PÁG.	12

Polícia Civil investiga mortes de trabalhadores rurais em Arari

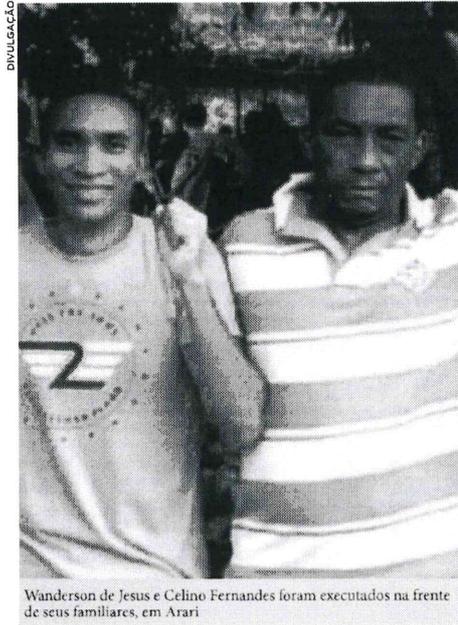
AIDÊ ROCHA

A Polícia Civil, por meio da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), investiga o assassinato de dois trabalhadores rurais na cidade de Arari. O crime, que ocorreu no domingo (5), na comunidade quilombola de Cedro, vitimou pai e filho, identificados como Celino Fernandes e Wanderson de Jesus Rodrigues Fernandes, respectivamente.

Segundo as informações de populares, os suspeitos chegaram à residência das vítimas e atiraram diversas vezes contra pai e filho, que foram alvejados nos rostos. Os familiares deles presenciaram todo o crime.

Há ainda informações de que os suspeitos disseram ser policiais que iam cumprir ordem de prisão. Eles estavam encapuzados e usavam coletes da Polícia Civil. Pai e filho vinham tendo conflitos agrários com latifundiários na região. O caso, inclusive, foi denunciado por eles aos órgãos do Estado.

O superintendente da SHPP, delegado Lúcio Reis, que investiga o caso, explicou que a equipe fez os primeiros levantamentos no local do crime, mas que as apurações ainda estão no início. "Como se deu em área rural, ainda tem muitas diligências para realizar", disse.



Wanderson de Jesus e Celino Fernandes foram executados na frente de seus familiares, em Arari

Homicida é capturado pela PC em Santa Inês

Foi preso ontem (7) pela Polícia Civil, em Santa Inês, Gustavo Mesquita, conhecido como "Bicheira", de 24 anos, em cumprimento a mandado de prisão preventiva pelo crime de homicídio. O crime cometido por ele ocorreu na cidade de Parauapebas, no estado do Pará. De acordo com a Polícia Civil, a equipe foi informada da localização do suspeito e fez um monitoramento na residência indicada. Durante a ação policial, Gustavo tentou fugir pelo quintal da casa, mas foi impedido pelos policiais. Ainda conforme a polícia, ele também é suspeito de outro homicídio realizado há três anos, na cidade de Santa Inês, e de uma tentativa de homicídio ocorrida ao tentar roubar um celular de uma senhora. Na ocasião, ele desferiu diversas facadas na vítima. "Bicheira" foi conduzido para a Delegacia Regional de Santa Inês, onde foram feitos os procedimentos e, em seguida, encaminhado para o sistema prisional. (AR)

Preso dupla suspeita de degolar homens e estupro em Grajaú

A Polícia prendeu dois homens e apreendeu dois adolescentes de 17 anos suspeitos de envolvimento no latrocínio ocorrido no domingo (5), na cidade de Grajaú. Durante a ação criminosa, uma mulher foi estuprada e dois homens foram degolados.

Os presos foram identificados como Laércio Silva Santos e Antônio Marques da Silva. Eles e os adolescentes foram capturados na cidade de Anarante do Maranhão, na noite de segunda-feira (6). Uma motocicleta que pertence a uma das vítimas e um facão, que pode ter sido utilizado no crime, foram apreendidos.

A principal linha de investigação, conforme o delegado Regional de Imperatriz, Ricardo Schiavini, é de crime de latrocínio. Segundo ele, as investigações irão continuar para determinar de fato a motivação do crime.

Os quatro permanecem na cidade de Imperatriz, onde prestarão depoimentos sobre o caso. Três

deles são moradores do município de Montes Altos e o outro de Grajaú.

RELEMBRE O CRIME

No domingo (5), um crime com requintes de crueldade chocou os moradores da cidade de Grajaú. Uma mulher foi estuprada e dois homens foram degolados durante um assalto na residência em que eles estavam, localizada no bairro do Canoeiro.

Segundo informações do delegado regional de Grajaú, Alexandre Pontela Cardoso, os suspeitos renderam as vítimas que bebiam na porta da casa. Os criminosos estavam armados com um facão e um pedaço de madeira.

Os homens foram amarrados, amordaçados e, em seguida, degolados. Antes disso, a mulher foi estuprada. Ela também foi obrigada pelo trio a presenciar toda a ação criminosa contra o marido e o amigo. Conforme o delegado, eles



Dupla foi presa e adolescentes foram apreendidos, suspeitos pela prática de decapitação e estupro

fugiram levando duas motocicletas e R\$ 120 em espécie. A vítima que foi abusada sexualmente realizou o exame de conjunção

camal e de possível coleta de material genético no Instituto Médio Legal de Imperatriz (IML). (AIDÊ ROCHA)

Foragido do Complexo de Pedrinhas é recapturado em Paço do Lumiar

A Polícia Civil recapturou, na terça-feira (7), Guilherme Almeida Trindade, que estava foragido do sistema penitenciário do estado. Ele foi localizado em uma residência localizada no Bairro Abdalla I, na cidade de Paço do Lumiar. Segundo informações da polícia, o preso, que cumpria pena por roubo majorado pelo concurso de agentes, havia sido beneficiado no final do ano passado pela saída temporária de Natal, mas não retornou ao presídio na data determinada pela justiça.

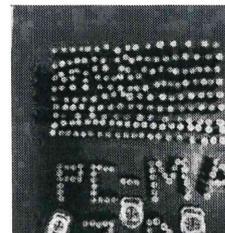
Guilherme Almeida foi encaminhado ao sistema prisional, onde deverá cumprir o restante da pena. (AR)

Homem é flagrado vendendo munições roubadas em Zé Doca

Um homem foi preso na terça-feira (7), na cidade de Zé Doca, vendendo munições roubadas. A Polícia não revelou a identidade dele.

De acordo com os policiais, ele e outro comparsa vinham roubando munições pertencentes a uma empresa de segurança.

O crime foi descoberto durante interrogatório de outro preso. Na ocasião, ele apontou o autor do roubo das munições guardava o material em uma mochila. Após capturado, ele foi encaminhado ao presídio e as munições apreendidas. Segundo a polícia, será pedida a prisão preventiva do mesmo que já possui diversas passagens por roubos na cidade. (AR)



Munição roubada de empresa de segurança foi apreendida em Zé Doca



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Geral			
DATA	08 / 01 / 2020	PÁG.	11

Polícia Federal descarta emboscada em terra indígena no Maranhão

PF indicia 4 pessoas por troca de tiro; investigação apontou que o conflito ocorreu após os índios roubarem e depredarem uma moto dos não-índigenas

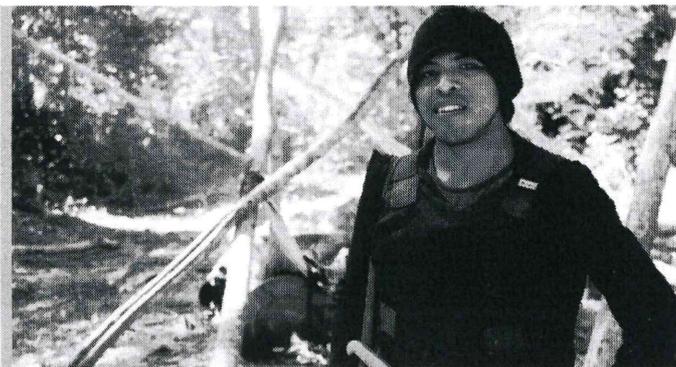
A Polícia Federal descartou a hipótese de emboscada por madeireiros e indiciou quatro pessoas pela morte do indígena Paulo Paulino Guajajara e do madeireiro Márcio Cleik Moreira Pereira, na tarde do dia 1º de novembro de 2019 em uma região próxima à Terra indígena Arariboia, no Maranhão. A PF não deu nomes e não informou se os indiciados são ou não indígenas.

Na época do crime, os indígenas - como o sobrevivente Laércio Guajajara - e a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular no Maranhão (Sedihpop) afirmaram que as mortes ocorreram em uma troca de tiros após uma emboscada dos madeireiros. No entanto, essa linha de investigação foi descartada pela Polícia Federal. 'Enquanto estivermos vivos, vamos lutar', disse Laércio ao G1.

Ao final das investigações, que incluiu exames médicos periciais, depoimento de testemunhas e declarações dos sobreviventes, a PF afastou também hipóteses relacionadas a conflitos étnicos.

Em nota, a PF disse que a troca de tiros ocorreu depois que indígenas furtaram e depredaram uma moto de 'não-indígenas'.

O resultado das investigações foi encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF), que disse não ter recebido ainda o inquérito da PF.



Paulo Paulino Guajajara morreu durante uma troca de tiros em Bom Jesus das Selvas, no Maranhão

O G1 entrou em contato com a Sedihpop e questionou a afirmação de que o caso envolvia uma emboscada praticada pelos madeireiros, mas não obteve retorno até a última atualização desta reportagem. Em entrevista ao G1, Magno Guajajara, liderança indígena, afirmou ontem, 7, que acredita no trabalho da polícia.

'Não queremos fazer justiça com as próprias mãos, mas queremos que os envolvidos no crime sejam punidos', afirmou.

Retirada de emergência

Em novembro, Laércio Guajajara e outras duas lideranças indígenas

foram retiradas do local com seus familiares e colocados sob proteção policial em endereços sigilosos. No entanto, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) informou que parte do grupo, com exceção do Olimpio Guajajara, pediu desligamento do programa de proteção.

Paulo Paulino Guajajara, morto na troca de tiros, já estava incluído meses antes no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH), mas não foi retirado da Terra Indígena Arariboia antes de ser assassinado.

De 2016 até novembro de 2019,

13 indígenas foram mortos em decorrência do conflito com madeireiros no Maranhão, segundo a SMDH. Em nenhum dos casos os criminosos foram punidos.

Terra Indígena Arariboia

A Terra Indígena Arariboia é composta por etnias indígenas Ka'apor, Guajaras e Awá-Guajás em um território com 413 mil hectares no sudoeste do Maranhão onde vivem 12 mil indígenas. Parte dessas tribos possuem Guardiões da Floresta, que são formados com o intuito de proteger a natureza, evitar invasões de madeireiros e incêndios. ●

Divulgação



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	08 / 01 / 2020	PÁG.	10

BRUTALIDADE

Degoladores são presos no Maranhão

Os suspeitos que mataram dois homens e estupraram uma mulher foram presos. Eles estavam no município de Amarante com as motos roubadas no crime

SAULO DUAILIBE

Após um crime brutal, a polícia capturou quatro suspeitos envolvidos em um estupro e duplo homicídio.

Os suspeitos renderam as vítimas, estupraram uma mulher e degolaram duas pessoas na cidade de Grajaú, cerca de 580 km da capital maranhense.

O crime foi registrado no último domingo (5). Os suspeitos foram capturados na cidade de Amarante.

Foram detidos dois adultos e dois adolescentes. As duas pessoas maio-

res de idade foram identificadas como Laércio Silva Santos e Antônio Marques da Silva, sendo que os dois adolescentes apreendidos tem 17 anos. Após os procedimentos legais, os quatro foram levados para a cidade de Imperatriz. As investigações apontam para latrocínio.

A mulher que estava no local foi amarrada e obrigada a presenciar todo a ação dos criminosos. Durante o crime de estupro e assassinato, o trio ainda fugiu levando duas motos e uma quantia de R\$ 120.

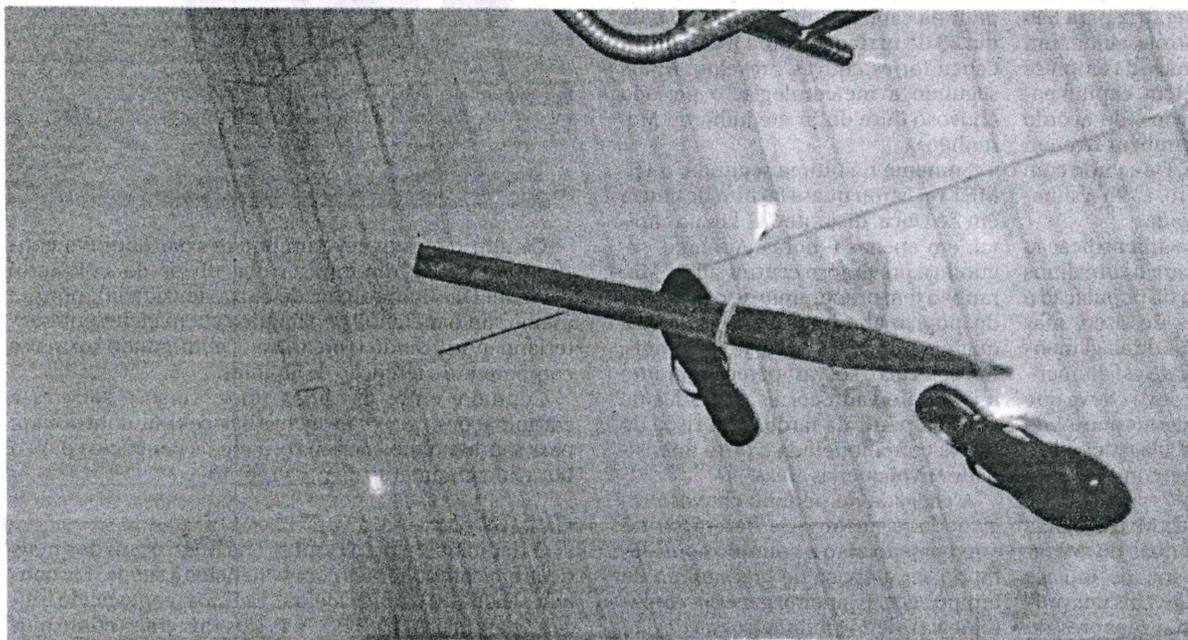
Ao serem presos os suspeitos estavam com as motocicletas roubadas

no dia do crime. No local do crime, a polícia encontrou uma arma branca utilizada para degolar as duas vítimas.

Entenda o caso

As primeiras informações dão conta de que, as vítimas do crime, que não tiveram as identidades reveladas, estavam juntas na porta de uma casa, quando três homens armados levaram eles para o interior do imóvel.

Segundo relato de uma das vítimas, ela foi amarrada e estuprada. Logo em seguida o seu marido e outro rapaz, que estava em companhia deles, foram degolados pelos criminosos.





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	08 / 01 / 2020	PÁG.	10

Presos três suspeitos de estuprarem mulher e matarem dois homens

Homens foram presos em Amarante do Maranhão, no fim da tarde de segunda-feira, 6; crimes aconteceram no domingo, 5, na cidade vizinha de Grajaú; motivação do crime ainda está sendo investigada pela polícia

NELSON MELO
Da equipe de O Estado

Três suspeitos foram presos no decorrer desta segunda-feira, 6, acusados de terem cometido um estupro e um duplo homicídio na cidade de Grajaú, na noite do domingo, por volta das 20h30. Os envolvidos foram encontrados na cidade de Amarante do Maranhão. Os crimes praticados pelos capturados deixaram os moradores temerosos e apavorados pelos requintes de crueldade. Uma mulher foi violentada sexualmente

dois homens foram degolados. Os policiais conseguiram encontrar os suspeitos depois de seguirem seus rastros. Após os crimes, os autores teriam roubado

Os autores teriam roubado uma motocicleta

uma motocicleta, quando fugiram do local. No percurso por onde passaram, ainda foram perseguidos por uma equipe da Guarda Municipal de Grajaú, que

os perdeu de vista. Porém, ao entrarem em Amarante do Maranhão, uma guarnição da Polícia Militar os interceptou, no fim da tarde de segunda-feira, por volta das 17h30.

Além da dupla que estava na motocicleta, os policiais também prenderam outros dois, mas um não teria envolvimento com o estupro e mortes em Grajaú. Um dos conduzidos é morador daquela cidade, enquanto os demais residem em Montes Altos. O veículo utilizado na fuga foi apreendido e apresentado na Delegacia de Amarante do Maranhão.

Os crimes

Uma mulher, que não teve o nome relevado, o marido dela e um vizinho estavam bebendo na porta de casa, na noite de domingo, quando dois homens armados apareceram e os renderam. Todos foram colocados sem alarde para dentro do imóvel. A moradora foi amarrada e jogada em um cômodo do domicílio, onde foi estuprada, de acordo com informações da Polícia Civil de Grajaú.

Já os homens, identificados como Maique dos Santos e Charles, foram amarrados em outro cô-

modo da casa. Lá, foram assassinados de forma bárbara, pois os autores os degolaram.

Investigação

Uma guarnição da Polícia Militar os interceptou

A motivação para o estupro e duplo homicídio continua desconhecida, mas a Polícia Civil apura se foram cometidos em decor-

rência de alguma confusão que ocorreu na cidade de Arame, onde Charles morava. Nesse caso, os suspeitos teriam se vingado. No entanto, outra linha de investigação indica um latrocínio, que é o roubo que tem como resultado a morte.

Essa hipótese do latrocínio é reforçada pelo fato de que as motocicletas dos dois homens degolados foram levadas pelos suspeitos. Com a prisão dos envolvidos, a polícia espera descobrir, em seus depoimentos, o que os levou a matar as vítimas e violentar sexualmente a moradora. ●

Homem é assassinado a tiros na zona rural de Codó

De acordo com o legista que verificou o corpo de Everson Pessoa Cruz, tudo indica que ele foi morto com tiros a curta distância

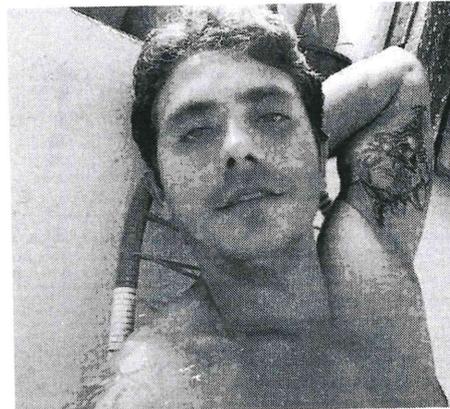
A Polícia Civil está investigando um crime ocorrido na tarde de segunda-feira, 6, no município de Codó, por volta das 15h, em uma área de mato que fica às margens da BR-316. No local, foi morto Everson Pessoa Cruz, que estava embaixo de uma motocicleta. De acordo com informações divulgadas pelo médico legista que analisou as condições do cadáver, ele foi assassinado

com dois disparos de arma de fogo. Os tiros os atingiram na testa e pescoço.

O corpo de Everson Pessoa Cruz foi localizado nas proximidades de uma fábrica de cimento muito conhecida em Codó. Os suspeitos desse homicídio, possivelmente, tentaram incendiar a motocicleta encontrada em cima do cadáver, conforme o médico legista Cláudio Vaz. Ainda con-

forme o profissional forense, os disparos de arma de fogo que acertaram a vítima foram efetuados a curta distância.

Até o momento, não houve prisões decorrentes do assassinato. A polícia apurou que Everson tinha passagens em delegacias, mas não especificou por quais delitos. O corpo dele foi levado ao Hospital Municipal de Codó. ●



Ederson Pessoa foi baleado na testa e pescoço perto de fábrica de cimento

RÁPIDA

Fugitivo de Pedrinhas é recapturado em Paço do Lumiar

A Polícia Civil realizou ontem a recaptura de Guilherme Almeida Trindade, de 21 anos, que estava foragido do Complexo de Pedrinhas, onde cumpria pena, desde o dia 26 do mês passado. De acordo com informações da equipe da captura, o homem estava escondido em uma residência no Bairro Abdalla I, em Paço do Lumiar. Guilherme havia deixado a prisão na saída temporária de Natal, onde cumpria pena por roubo majorado.